

cumprir à Nação é ser esclarecida por inteiro, em toda a dimensão. As acusações feitas pelo Governador do Estado da Guanabara. Até mesmo para que possam, os órgãos competentes, promover as responsabilidades criminais de quantos, envolvidos nos fatos apontados, ou de quantos, acusados levianamente, levam o País a turbacão de sua ordem e de sua tranqüilidade, indispensáveis ao trabalho do Brasil.

Sr. Presidente, é, portanto, à base de um raciocínio frio e no legítimo dever de defender, com todas as medidas cabíveis, as instituições democráticas, que as lideranças integrantes do Bloco da Maioria resolveram convocar o Sr. Ministro da Justiça para que S. Exa. dê à Casa e à Nação os esclarecimentos que, lamentavelmente, não deu quando das notas publicadas hoje pela imprensa. Não obstante acusações tão severas, limitou-se Sua Excelsa a formular defesa fraca e imprecisa. Tivesse, talvez, o Sr. Ministro da Justiça dito ao País que as acusações eram levianas, eram improcedentes e que, de modo algum, quaisquer dos fatos apontados poderiam merecer a mais leve suspeição de veracidade e talvez hoje, neste instante, não estivesse sendo necessária a votação deste requerimento. Todavia o que se viu na leitura do documento a que me referi foi, ainda uma vez, a perplexidade. E, diante de um fato concreto como é a acusação, não poderia a Maioria nesta Casa, de modo algum, deixar de tomar a providência que tomou.

Não se votará no escuro. Votar-se-á em virtude do dever de preservar as instituições democráticas. As acusações assim feitas têm que ser apuradas para que se tranqüilize a Nação e possamos todos, com nosso trabalho, resguardar as instituições, na certeza de que construímos o Brasil à base das garantias indispensáveis a que todos ergam o amanhã da Pátria sem ne-

nhum prejuízo de todos os direitos que a Constituição preserva, guarda, assegura.

Muito obrigado a V. Exa. Senhor Presidente. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PADRE VIDIGAL (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, até hoje, Ministros de Estado têm vindo a esta Casa para brilharecos. O Regimento não permite, muitas vezes, os debates. As perguntas que lhes são dirigidas, os Ministros de Estado respondem como querem, e muitas delas são deixadas sem resposta. Foi o que ocorreu nesta Casa, com a recente visita do Ministro Afonso Arinos: devaneios literários, academicismo nas respostas, erudição sobre os fatos históricos; mas a verdade é que muitas perguntas ficaram sem resposta.

Ao chegar hoje a esta Casa, ou quando chegue o Ministro Pedroso Horta, é razoável neste encaminhamento de votação que uma indagação seja feita a V. Exa.: se o Regimento deverá continuar a vigorar para brilho dos Ministros de Estado, que têm vindo a esta Casa dizer o que entendem, e não o que desejamos saber, não o que a Nação brasileira se interessa por conhecer.

O segundo motivo do pedido da palavra para encaminhar a votação vem de que o nobre Líder do Sr. Jânio Quadros nesta Casa, nosso prezadíssimo colega Nestor Duarte, se confessou ignorante no conteúdo das acusações do Sr. Carlos Lacerda, alegando que não estamos de posse do conhecimento do que ele disse, do quanto ele disse de grave para o momento que estamos vivendo. Passo a ler, Sr. Presidente, não só para o conhecimento dos ligados ao Sr. Jânio Quadros, na Câmara, mas de todo o plenário, o que uma das biblias do janimismo, o Diário de Notícias, publica no número de hoje, recém chegado a Brasília, expondo o que disse ontem no rádio e na televisão o Sr. Carlos Lacerda.

* Não foi revisto pelo orador.

Diz o Diário de Notícias que êle declarara em pormenores os episódios ocorridos em Brasília desde o momento em que lá chegou para conferenciar com o Presidente. Resumidamente, disse o Governador:

"Primeiro que mal começara sua conversa com o Presidente e êste chamou o Sr. Pedroso ao telefone, solicitando ao Ministro da Justiça que convocasse o Governador para um entendimento em sua residência; segundo, o Sr. Pedroso Horta voltou, na oportunidade, a renovar-lhe a proposta da reforma do regime e lhe cobrara novamente os artigos que escrevera em 1956; terceiro, não obtendo seu apoio, o Ministro da Justiça aconselhou o governador a não acompanhar o Sr. Jânio Quadros na viagem que êste faria no dia seguinte a Vitória, bem como reputava de toda conveniência que o Sr. Lacerda, pelo menos durante um certo período, evitasse aparecer em público ao lado do Presidente; quarto, que depois de repelir aquelas insinuações o Sr. Lacerda voltou ao Palácio da Alvorada e lá encontrou sua mala na porta, com automóvel e instruções para que fôsse dormir num hotel "havia sido despejado".

O Sr. Vasconcellos Tôrres — Despachado.

O SR. PADRE VIDIGAL — Havia sido despejado, é a palavra.

"... do Palácio pelo Ministro da Justiça"); quinto, ao chegar ao hotel, comunicou-se com o Sr. Horta "para lhe passar o recibo" mas êste logo depois dava chegada ao local; recusou recebê-lo; o Ministro todavia foi até seus aposentos — "e não recebê-lo, nesta altura, seria desfeiteá-lo demais" — mantendo os dois na ocasião, uma "conversa mais ou menos boêmia, como é do es-

tilo do Planalto". O Sr. Horta apelara para que desistisse da renúncia". Os demais pormenores da crise relatada pelo Sr. Lacerda já são conhecidos do público".

Estas declarações que trago ao conhecimento do líder do Sr. Jânio Quadros nesta Casa, companheiro de lutas do Sr. Carlos Lacerda há pouco tempo, parece-me que esclarecem muito bem os fundamentos da convocação constante do requerimento.

Ainda há coisa mais grave no Diário de Notícias, para o qual chamo a atenção do líder do Sr. Jânio Quadros nesta Casa. Vem na primeira página do matutino, com esta epigrafe: "Lacerda denuncia trama de Pedroso". A legenda está em letras tão garrafais que parece-me todo o plenário poderá dela tomar conhecimento quando levantar o jornal à altura em que pode ser visto por todos que queiram vê-lo. O subtítulo é: "Quis alliciá-lo para golpe contra o regime". Parece-me, Sr. Presidente, que estou dispensando de ler as considerações. Limito-me apenas a ler os primeiros períodos:

"Falando ontem, à noite, para uma cadeia de rádio e televisão, o Governador Carlos Lacerda denunciou o Ministro da Justiça de tê-lo convocado para apoiar uma "reforma institucional" a pretexto de evitar que o Presidente da República tivesse de apelar para as esquerdas por falta de meios para governar. Especificou que o Sr. Pedroso Horta lhe afirmara já haver sondado, com êxito, dois Ministros militares, faltando um terceiro, cuja opinião desejava fosse obtida pelo próprio governador carioca.

V. Exa. sabe, como todos nós e como afirma o jornal, que o Governador Carlos Lacerda, ao avisar-se com os Ministros Militares, ouviu, da parte dêles, a declaração de que ignoravam completamente

o assunto que havia sido versado pelo Sr. Pedroso Horta com o Sr. Carlos Lacerda.

Faço um apêlo à Casa para que vote a favor do requerimento pela circunstância gravíssima do momento que estamos vivendo, pois a democracia não pode ficar comprometida por qualquer Pedroso Horta. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. SERGIO MAGALHÃES — (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, falaram os líderes do bloco majoritário, falou o líder do meu Partido, o Trabalhista Brasileiro, e falou também o ilustre Deputado Padre Vidigal, todos eles apresentando as razões que, de imediato, justificam a convocação de S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça.

Não posso, neste momento, deixar de invocar também motivos mais profundos, razões muito mais sérias que vêm em abono não só da convocação do Sr. Ministro da Justiça mas também do início de um grande processo, o processo em que o Congresso Nacional fixe as responsabilidades de todos aqueles que estão tentando, de um lado ou de outro, por um caminho ou por outro, por uma causa ou por outra, estrangular o regime democrático no Brasil.

Sr. Presidente, nesta série de fundamentos que considero mais sérios e mais profundos do que aqueles já apresentados, tenho de remontar ao 24 de agosto de 1954, (*muito bem*) tenho de recordar que o ex-Presidente Getúlio Vargas, no período final de seu governo, chegou à conclusão de que o desenvolvimento econômico, de que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, após a implantação do voto secreto, da legislação social, da Justiça do Trabalho, estava dependendo de providências no sentido da modificação de estrutura econômica do País através da fundação das empresas estatais de caráter nacionalista. Foi assim que S. Exa. enviou a mensagem criando a Pe-

* Não foi revisto pelo orador.

trobrás, promoveu estudos para criação da Eletrobrás — transformada em lei há 4 meses, mais até o momento não executada porque o Presidente da República não baixou os respectivos atos constitutivos — mandou levantar a validade efetiva dos capitais estrangeiros no Brasil e promover a limitação da remessa de lucros para o exterior, a providência mais séria e mais eficiente no sentido de garantir a evolução econômica do País.

Pois bem, Sr. Presidente, após aquelas providências, surgiu a conjugação de forças que levaram ao suicídio o grande Presidente Vargas. São essas forças que, desorientadas e desorganizadas naquele momento, devido à grande reação do Presidente através do próprio sacrifício, que, agora, se reorganizam quando vêm o Congresso Nacional colocar na ordem do dia a lei antitruste; quando vêm o Congresso Nacional formar comissão especial e elaborar o projeto de reforma agrária; quando vêm o Congresso Nacional discutir a limitação da remessa de lucros para o exterior, como providência em favor dos interesses nacionais é contra os interesses estrangeiros estabelecidos no Brasil.

Não, Sr. Presidente, não podemos deixar de ver claro. Não podemos deixar de ir ao âmago da questão. É preciso observarmos que, após a queda do Presidente Getúlio Vargas, o Governo que o sucedeu, embora não tenha destruído aquelas empresas como a Petrobrás e outras organizadas por S. Exa para garantir o desenvolvimento autônomo da economia nacional, favoreceu, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, o progresso cada vez maior do capital estrangeiro, do domínio dos trusts internacionais na economia brasileira. Isto é que vai influenciando agora, como temos denunciado, na política brasileira, no sentido de manter o País atado, amarrado cada vez mais a essas forças estranhas.

Ocorreu neste intervalo, na América Latina, a chamada revo-